

RESUMO EXPANDIDO DE RELATOS DE EXPERIÊNCIAS - TECNOLOGIAS
SOCIAIS

**A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE TECNOLOGIA
SOCIAL NA RESOLUÇÃO DE DEMANDAS COMUNITÁRIAS:
EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO,
MINAS GERAIS**

Amanda Ribeiro Carolino (amandarc.dsg@gmail.com)

Armindo Dos Santos De Sousa Teodósio (armindo.teodosio@gmail.com)

Desde os primórdios da civilização o ser humano teve a necessidade de grafar seu espaço vivido através de pinturas, desenhos, escritos e outras formas de representar seu local de vivência. Quando nos remetemos a cartografia, vem à mente a concepção dos modelos dentro da lógica das representações, do cartesianismo, cálculos matemáticos e etc. De acordo com Péran (2013) “a cartografia é uma ciência da representação de um território basicamente para sua gestão política, cultural, inclusiva e afetiva (Péran, 2013, p. 105)”. Contudo os mapas convencionais foram vistos como instrumentos de análise sob um determinado espaço/território, e também como mecanismo de poder por parte de forças militares que durante as navegações e as guerras mundiais, utilizaram os mapas como forma de conhecer e apropriar territórios.

A proposta deste relato de experiência é apresentar uma cartografia que foge dos conceitos tradicionais de representação e mapeamento dos territórios. Trata-se da cartografia social, que é considerada uma proposta teórica-metodológica onde os sujeitos pertencentes aos espaços/territórios é quem constrói os mapas referentes ao seu espaço de vivência, com base em ações

de pesquisa e extensão desenvolvidas junto a comunidade quilombola de Ribeirão em Brumadinho, Minas Gerais.

Na cartografia social são valorizados os saberes das comunidades e grupos invisibilizados, a partir da percepção destes sobre “o seu território e suas práticas cotidianas de vivência”, ao contrário da demarcação e mapeamento convencional de territórios, que grande parte das vezes é efetivado pelo estado, por meio de técnicos e outros profissionais, apresentando um mapeamento sob o viés de quem não é “habitante” daquele espaço (Acselrad, 2013).

Outro ponto a ser destacado nesse relato é a aproximação da cartografia social com as abordagens das tecnologias sociais, uma vez que esta tem como foco estimular os esforços coletivos dos grupos locais, no intuito de fomentar a solução e articulação de demandas de forma colaborativa e participativa, principalmente em territórios invisibilizados. Passoni (2004) afirma que a tecnologia social deve ser entendida como uma ciência e tecnologia “acessível” e amplamente difundida pela sociedade, com o propósito de produzir um novo patamar de desenvolvimento visando a inclusão de todos os brasileiros no acesso e na produção de conhecimento (Passoni, 2004, p. 18).

Pozzebon e Fontenelle (2018) chamam atenção para o fato de que diferentemente das tecnologias convencionais, a essência da tecnologia social está no seu modelo que propõe articulações mais inclusivas e democráticas de desenvolvimento tecnológico que nasce no seio das comunidades e grupos locais, ou seja, “agentes emancipados que tomam suas próprias decisões sobre as tecnologias que utilizam” (Pozzebon & Fontenelle, 2018, p. 1758).

A proposta deste relato é apresentar a partir do paradigma da cartografia social enquanto método colaborativo, participativo e emancipatório, que é possível contrapor os modelos hegemônicos de se fazer pesquisa sobre povos e comunidades tradicionais, bem como das populações invisibilizadas que não possuem acesso a instrumentos tecnológicos de base que os auxiliem nas demandas comunitárias. Assim, a cartografia enquanto

Resultados da cartografia social do Quilombo de Ribeirão, Brumadinho - Minas Gerais

O município de Brumadinho contempla quatro comunidades quilombolas dentro do seu território, sendo elas a comunidade do Sapé, Marinhos, Rodrigues e

Ribeirão. Todas as comunidades encontram-se localizadas bem próximas umas das outras e estão situadas no distrito de São José do Paraopeba. No caso da comunidade quilombola do Ribeirão, a mesma foi originada a partir do aquilombamento dos negros escravizados que fugiram da fazenda dos Martins, e foram se organizando em terrenos próximos à fazenda para estabelecer seus modos de vida. Inicialmente o primeiro nome da comunidade era “Quilombo Ponte Pedra”, hoje se chama “Ribeirão” em decorrência do rio que passa no entorno do território, que durante muitos anos serviu como fonte de abastecimento de água para a comunidade e também como espaço de lazer entre os quilombolas que pescavam e tomavam banho no rio. O mapa abaixo representa a delimitação territorial das terras quilombolas de acordo com o plano diretor municipal de Brumadinho.

Localização da Comunidade Quilombola de Ribeirão

Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Grande parte dos quilombolas que residem em Ribeirão são pessoas mais velhas, porém há também uma quantidade expressiva de crianças e jovens, que desenvolvem suas atividades no território tais como, artesanato, agricultura familiar, comércio. Outra parcela da população do quilombo trabalha fora e retorna à comunidade apenas aos finais de semana. No dia 19 de junho de 2021, foi realizada uma primeira visita ao quilombo a fim de fazer a validação social com os membros da comunidade e conhecer pessoalmente a realidade local. Após a tragédia-crime ocasionada pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, vários movimentos, grupos de pesquisa, universidades, ONGs, foram ao território desenvolver pesquisas que não eram do interesse do quilombo, e isso gerou insatisfação por parte dos moradores do Ribeirão, onde os mesmos se sentiram usados por estes grupos que foram ao local apenas para coletar dados e extrair informações, e não retornaram ao local para dar um respaldo à comunidade, ou mesmo firmar um compromisso no sentido de auxiliá-los na resolução de alguma demanda dentre as inúmeras ali existentes.

Em Brumadinho, as comunidades quilombolas receberam sua certificação, devido a um projeto de lei proposto por uma vereadora do município, que

elaborou o mesmo no sentido de frear a iniciativa de uma empresa de mineração, que queria ampliar a sua área de exploração mineral no território.

Uma das realidades locais do quilombo de Ribeirão, é a falta de geração de emprego e renda no local, e investimentos no território, as famílias que moram no quilombo saem para trabalhar na região central de Brumadinho ou na capital mineira, Belo Horizonte, retornando ao território somente aos finais de semana, isso porque o centro de Brumadinho é afastado da zona rural e Belo Horizonte mais ainda por se tratar de outro município, e também por conta da falta de meios de transporte que facilitem o amplo acesso de forma rápida e eficiente ao território quilombola. Assim, os membros da comunidade que optam por trabalhar no quilombo, na zona rural, desenvolvem atividades agrícolas, como agricultura familiar, pesca, e prestação de serviços aos sítiantes e fazendeiros da região. Quanto às mulheres, grande parte são artesãs, e as demais saem para trabalhar fora, em decorrência disso, as mesmas são as que detêm maiores salários sendo as provedoras do lar.

São várias as controvérsias que permeiam a realidade dos quilombolas de Ribeirão, dentre as quais se destaca a falta de acesso a serviços públicos de saúde, educação e principalmente questões envolvendo a mobilidade desses atores no território, uma vez que não há transporte público acessível no local. Portanto, uma alternativa que os moradores da comunidade têm encontrado para sanar essas dificuldades financeiras, tem sido a venda das terras do quilombo, e com o dinheiro adquirido compram um automóvel para facilitar a locomoção pelo território.

Esse fator relacionado à venda de terras tem sido o grande motivador dos conflitos existentes na comunidade também, tanto que atualmente as lideranças do Ribeirão, se organizaram para criar a associação comunitária do Quilombo que entrou em vigor em outubro de 2021, no intuito de iniciar o processo de regularização fundiária da região.

Dessa maneira, estão sendo desenvolvidas oficinas de cartografia social com a comunidade, onde os próprios quilombolas desenham os mapas delimitando a área territorial do quilombo a partir do ponto de vista da coletividade, ou seja, estes sujeitos se encontram envolvidos no processo da pesquisa, sendo a mesma conduzida de forma participativa e inclusiva. Durante a execução do mapeamento participativo, os quilombolas foram estabelecendo critérios de representação dos elementos que compõe o território quilombola, cada representação criada no mapeamento participativo carregava consigo um

significado afetivo, e os elementos que continham maior importância para esses atores recebiam destaque no mapa. O mapeamento participativo desenvolvido no dia 19 de junho teve como foco identificar aspectos primários acerca da relação da comunidade quilombola do Ribeirão com o território ao qual encontram-se inseridos. Na prática da cartografia social, por meio do mapeamento participativo são valorizados os conhecimentos e saberes dos sujeitos participantes do processo. Isso porque os mapas participativos são representações concretas do “espaço vivido” (Almeida, 2011), logo, durante a consolidação do mapeamento participativo várias histórias foram sendo narradas, onde pode-se constatar que cada elemento do território quilombola exerce uma função simbólica para esses atores.

Após o término do mapeamento participativo, foi estabelecido um trato com a comunidade de que iríamos retornar a campo para devolver esse primeiro mapeamento em uma versão digital. No início da atividade eles indagaram sobre a possibilidade desse mapa se transformar em um produto digital que eles pudessem guardar de recordação, então, para efetivar esse pedido, retornei à comunidade no dia 25 de setembro de 2021 para fazer a devolutiva para os membros do Quilombo.

No dia 25 de setembro fizemos a devolutiva do mapa a comunidade, iniciamos a fala agradecendo novamente a acolhida e confiança do grupo em relação a esse trabalho e com a cartografia social que está sendo desenvolvida junto à comunidade. Foi possível observar nesse encontro que existia ali a formação de um laço afetivo, uma vez que, o fato de retornar à comunidade para devolver o mapa construído por eles estabeleceu uma confiança em relação ao pesquisador e ao campo de pesquisa. Após esse primeiro momento, nos reunimos na mesa para começar as intervenções com base nos mapas e imagens de satélite impressas, referentes ao território quilombola.

Portanto, foi apresentado à comunidade o mapeamento participativo na versão digital e o mapa de localização do quilombo, com base nos dados obtidos pelo Plano Diretor Municipal de Brumadinho, MG. Esse momento foi importante, pois, os quilombolas não tinham dimensão do que era o seu território em termos de delimitação geográfica, e isso fez com que eles levantassem uma série de indagações, afirmando que tal delimitação não corresponde ao que é o território de fato.

A partir desses incômodos, os moradores do Quilombo foram delineando no mapa com caneta, todos os pontos que extrapolavam a linha vermelha de

delimitação, e foram pontuando com base em histórias e vivências, que tais localidades faziam parte das terras quilombolas. Em seguida, eles nos convidaram a andar pelo território para conhecer todas estas localidades que estavam fora dos limites estabelecidos pelo município.

Nesse momento iniciamos uma caminhada transversal pelo território que compreende a comunidade. De acordo com o ICMBIO, a caminhada transversal possibilita a obtenção de diferentes informações acerca dos componentes naturais, sociais, culturais, características das moradias, solo e outros. Esse percurso é realizado por meio de uma caminhada e quem conduz o percurso são os membros da comunidade. Através da caminhada transversal foi possível compreender como a relação dos moradores com o quilombo não gira em torno apenas dos aspectos físicos do território, mas sim pelos afetos e pelos acontecimentos históricos (Little, 2003) que ocorreram nestes espaços que remete a comunidade um sentimento de pertencimento ao local.